

Relatório Anual de Gestão 2015



Coopercredi ACSC

APRESENTAÇÃO

A Coopercredi ACSC apresenta o Relatório da Gestão de 2015, satisfeita com os resultados financeiros e sociais no ano em que o cenário externo e interno pressionaram nossas operações e trouxeram diversos desafios.

No cenário externo, destacamos a grande retração na liberação de novos créditos - nosso principal produto. Em 2015, a liberação de crédito consignado para empregados do setor privado teve uma redução de 20% (na Cooperativa redução de 17%) comparado com o ano anterior.

A menor liberação de novos créditos fez com que a carteira acumulada neste segmento do mercado financeiro registrasse uma redução de 2% (na Cooperativa redução de 1,84%, a previsão era para crescimento de 24%). Consequência dessa redução foi um menor crescimento em nossas receitas totais, que em 2015 aumentaram 11% ante o previsto de 19%.

Internamente, destacamos a redução do quadro de cooperados com a saída de algumas unidades da OS ACSC, que entre março e maio fez com que assistíssemos a redução de 7% dos nossos associados e a devolução de mais de R\$ 2 milhões de capital depositados por esses cooperados.

A Diretoria Executiva, seguindo as diretrizes do Conselho de Administração e com o comprometimento de toda a equipe da Coopercredi ACSC, promoveu importantes ajustes na estrutura para aprimorar nosso modelo de atendimento ao associado e ainda adequar nossos gastos a realidade imposta por este novo cenário. Esses

ajustes fizeram com que nossas despesas operacionais de 2015 se mantivessem no mesmo patamar de 2014 (crescimento de apenas 0,37% ante o previsto de 21%).

Nosso Resultado Operacional cresceu 36% no ano, possibilitando a destinação de mais de R\$ 1,7 milhão para remuneração do capital dos associados, aumento de 37% em relação ao ano anterior.

Assim dentre todos desafios apresentados, superamos os resultados financeiros previstos para o ano ao fortalecermos nosso atendimento ao associado, focando ainda mais nossas áreas aos anseios e necessidades de nosso quadro social.

Nas próximas páginas você vai encontrar as informações mais importantes de nossa gestão, preparadas por nossas equipes, e as Demonstrações Financeiras e Contábeis elaboradas de acordo com a legislação vigente, acompanhadas das Notas Explicativas, Pareceres do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, além do relatório da Auditoria Independente.

A razão da nossa satisfação em 2015 - que deve ser aplicada com muito mais primor em 2016 - é de manter a gestão focada na satisfação dos nossos associados, motivo de nossa existência nesses 25 anos de história.

Boa leitura!

Douglas Aparecido Cirilo,
Diretor Executivo.

ÍNDICE

04	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração
05	Missão, Visão e Valores
06	Resumo do Planejamento Estratégico
07	Organograma
08	Equipe Coopercredi ACSC
11	Quadro Social / Evolução mensal
12	Casas da Associação
13	Atendimentos
14	Capital Social - depósitos e saídas
15	Resgates parciais de capital - por casas
16	Resgates parciais de capital - por motivo
17	Capital Social
18	Liberação de empréstimos
19	Empréstimos em atraso
20	Composição da Carteira de Crédito
21	Cooperinvest
22	Apoio a ações e eventos
23	Ações Sociais
25	FATES
26	Programa de Reeducação e Orientação Financeira
27	Disponibilidade e Aplicações Financeiras
28	Controle Orçamentário
29	Apuração do resultado e pagamento de juros ao capital
30	Resultados e destinações
31	Demonstrações Financeiras e Contábeis
32	Relatório da Administração
35	Balanco Patrimonial
36	Demonstrações de Sobras ou Perdas
37	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
38	Demonstrações dos Fluxos de Caixa
39	Notas Explicativas
63	Parecer do Conselho Fiscal
64	Relatório de Auditoria
65	Parecer do Conselho de Administração
66	Informações da Coopercredi

Mensagem do Conselho de Administração



Neste momento, em que vivemos, são cada vez mais frequentes os escândalos que envolvem as empresas e seus administradores, além de políticos e seus desmandos, que se utilizam de soluções e formas de gestão de ganho de curto prazo, que expõem as empresas e o Estado,

a situações de risco desproporcionais aos ganhos, e mesmo a qualidade desta gestão. Observamos que mais do que nunca cresce a importância da aplicação das boas práticas de gestão, como a transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, para garantir a saúde das empresas e a sua rentabilidade, e a perenidade dos recursos do Estado.

A crise em que vivemos, exige um aprimoramento das estruturas de gestão das empresas, e a Governança, é uma saída para isto, pois neste modelo de Gestão temos um fortalecimento dos controles internos e das áreas de risco. A existência de uma ouvidoria e auditoria interna são outros componentes que fortalecem o modelo.

Está sendo criado, inclusive um Código Nacional de Governança Corporativa, que deve ser finalizado até junho deste ano, por 11 entidades ligadas ao mercado financeiro e a difusão da governança.

Em nossa cooperativa, estamos completando, 07 anos, da aplicação do Modelo de Governança, e muito temos a comemorar, seja pela profissionalização da gestão, pela agilidade implementada aos processos, pela criação de dispositivos de controle e de medição de risco de operações. A transparência é a maior das ações, pois como lidamos com os recursos de nossos cooperados, as operações têm de ser permeadas por boas práticas e auditadas.

Parabéns a todos nós da Coopercredi, cooperados, colaboradores, gestores, que acreditam que uma realidade melhor pode ser construída a partir de uma gestão responsável, partilhada e acima de tudo com valores, pois crises sempre existiram, e devemos entendê-las como até necessárias, pois criam oportunidades de mudança, para repensar os modelos e evoluirmos na maneira de planejar, pensar e agir.

Antonio Coelho Barroqueiro
Presidente do Conselho de Administração



Unir os colaboradores da ACSC para promover a saúde, educação e assistência financeira, gerando produtos e serviços adequados.

MISSÃO

VISÃO

Ser a principal referência em soluções financeiras para os funcionários da ACSC.

VALORES

Ética, transparência, sustentabilidade e solidariedade.

Resumo do Planejamento Estratégico 2016/2018

Missão: Unir os colaboradores da ACSC para promover a saúde, educação e assistência financeira, gerando produtos e serviços adequados.

Visão: Ser a principal referência em soluções financeiras para os funcionários da ACSC.

Sociedade e Gestão: Levar a cultura cooperativista e de educação financeira aos colaboradores da ACSC / Utilizar os recursos de maneira consciente e sustentável.

Desenvolver programa para difundir a cultura cooperativista na ACSC

Fortalecer o programa de educação financeira

Melhorar a eficiência na utilização dos recursos

Associado e Mercado: Apresentar as soluções adequadas as necessidades dos cooperados / Garantir o atendimento de excelência ao cooperado.

Ter excelência no atendimento ao cooperado

Diversificar os produtos ofertados

Processo internos: Aderir ao modelo operacional e de negócios do Sicoob.

Aderir a marca Sicoob

Migrar para o Sisbr

Implantar manuais do Sicoob

Aprendizado e Crescimento: Investir em educação continuada e estimular o desenvolvimento da carreira do colaborador no Sistema / Desenvolver a cultura cooperativista entre os conselheiros, colaboradores e delegados.

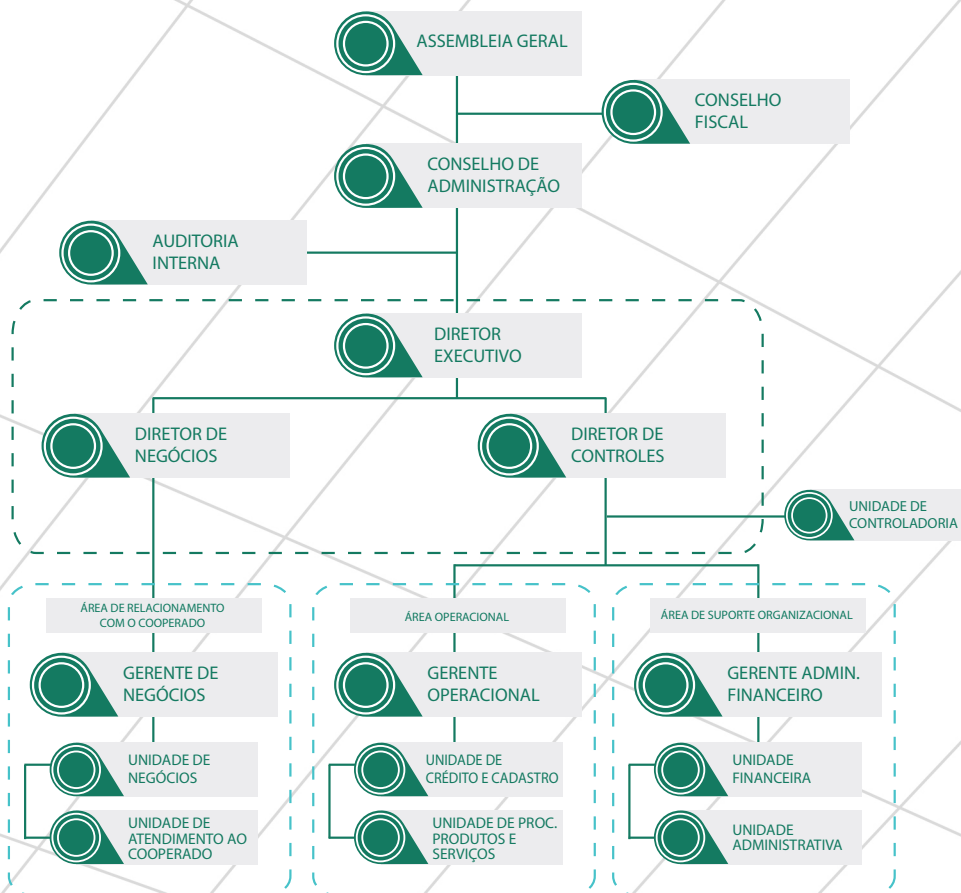
Ser um lugar motivador para trabalhar

Desenvolver programa de educação continuada

Desenvolver programa de educação cooperativista interno

Valores: Ética, Transparência, Sustentabilidade, Solidariedade

Organograma



Equipe Coopercredi ACSC

Conselho de Administração - CONAD



Conselho Fiscal - COFIS



Diretoria Executiva - DEXEC



Administrativo / Financeiro



Operacional

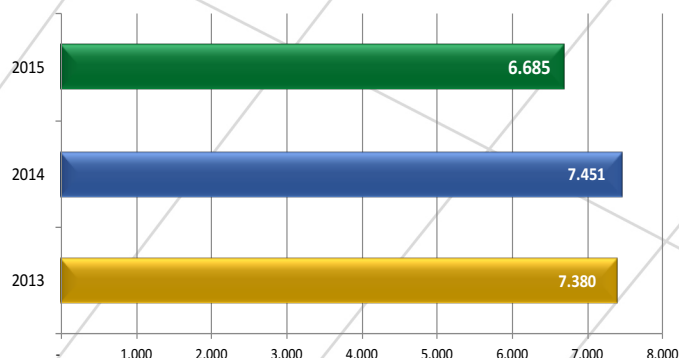


Controladoria





Quadro Social



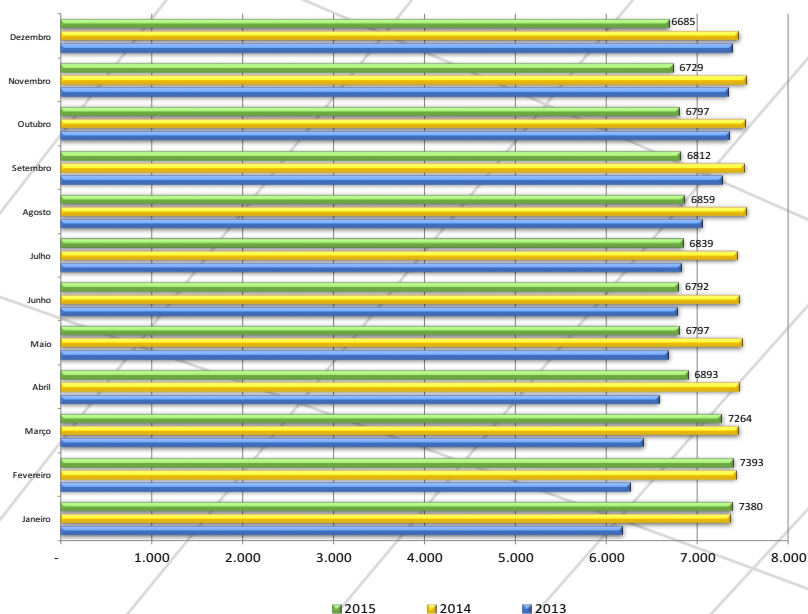
Redução de 10,28% de 2014 para 2015

53,08% dos funcionários da ACSC (54,13% em 2014)

PE/Orçamento	Previsão	Alcançado	Varição
Funcionários ACSC*	12.276	12.595*	319
% Participação	55%	53,08%	-1,92% pp
Cooperados	6.752	6.685	-67

* Funcionários que nunca foram cooperados e estão importados em nosso sistema de cadastro.

Evolução Mensal



Entraram em 2015 1.135 cooperados, que em relação a 2014 representa 73,70% (2.357 em 2013) (1.540 em 2014)

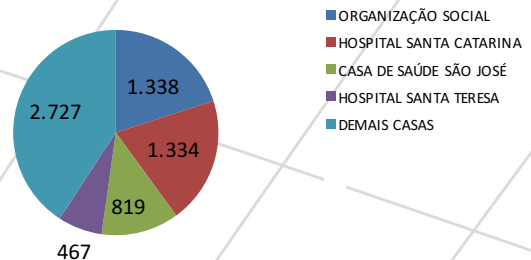
Em 2015 saíram 2.119 Cooperados, que representa 115,73% do que em 2014 (1.831)

Saíram da ACSC: 1.711 (1.484 em 2014)
Saíram da Coop.: 384 (344 em 2014)
Faleceram: 3 (2 em 2014)
Eliminação: 21

Representamos mais de 53% dos funcionários da ACSC

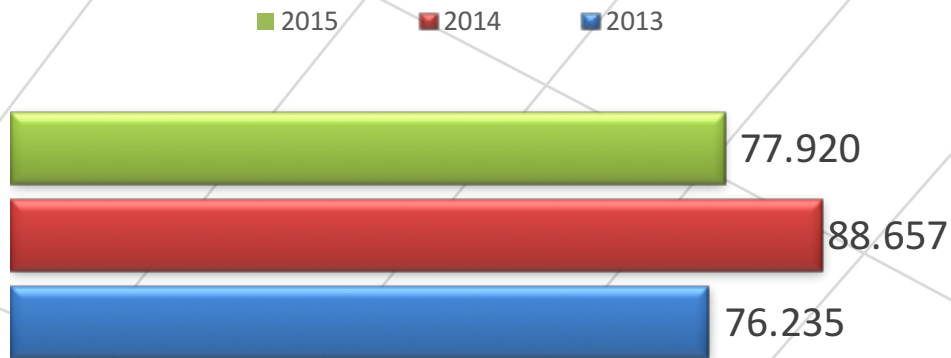
Instituição	Cooperados	%
ORGANIZAÇÃO SOCIAL SANTA CATARINA	1.338	45,7%
HOSPITAL SANTA CATARINA	1.334	61,3%
CASA DE SAÚDE SÃO JOSÉ	819	54,0%
HOSPITAL SANTA TERESA	467	58,6%
HOSPITAL SÃO LUIZ	339	66,5%
HOSPITAL ESTATUAL CENTRAL	274	44,3%
HOSPITAL SÃO JOSÉ	272	41,9%
HOSPITAL DE CLÍNICAS N. SRª CONCEIÇÃO	238	63,1%
HOSPITAL REGIONAL DE CÁCERES	205	41,1%
CENTRO DE ANÁLISES CLÍNICAS - SUL	175	43,4%
HOSPITAL AMPARO MATERNAL	175	43,8%
HOSPITAL DE TRAUMA E ORTOPEDIA	170	61,6%
HOSPITAL MADRE REGINA PROTMMAN	98	60,5%
AME - ITAPEVI	98	59,0%
RESIDENCIAL SANTA CATARINA	94	71,2%
PÓLO DE ATENÇÃO INTENSIVA	79	56,8%
CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO	77	41,2%
COLÉGIO SANTA CATARINA - SP	71	75,5%
LAR MADRE REGINA	69	83,1%
ADMINISTRAÇÃO CORPORATIVA	40	30,5%
CRECHE MADRE REGINA	39	97,5%
NÚCLEO EDUCACIONAL SANTA CATARINA	31	72,1%
COLÉGIO SANTA CATARINA - MG	29	100,0%
CRECHE SANTA CATARINA	28	84,8%
CRECHE SÃO JOSÉ DO ITAMARATI	23	71,9%
COLÉGIO SANTA CATARINA - RJ	21	80,8%
COOPERATIVA - SP	21	100,0%
CRECHE MONTEIRO LOBATO	19	100,0%
ESCOLA SANTA CATARINA	15	60,0%
AMPARO MATERNAL	12	60,0%
PRÓVINCIA MADRE REGINA	10	33,3%
OBRA SOCIAL SANTA CATARINA	3	100,0%
CRECHE SAGRADA FAMÍLIA	1	0,0%
CASA DA CRIANÇA VILA MARIANA	1	100,0%

Quantidade de Cooperados por casa



Atendimentos

Total de atendimentos no ano



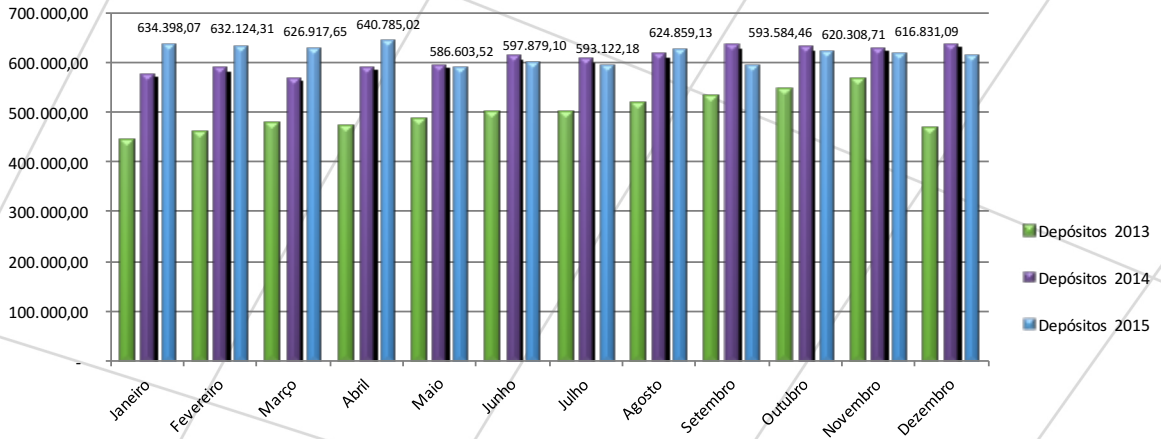
Categorias de atendimento

	2013	2014	2015
Telefone	25.616	35.261	11.770
WEB	18.288	19.069	6.201
Pessoal	12.609	13.044	2.552
RH/DP	9.464	12.046	9.919
E-mail	5.930	6.489	26.594
Malote	3.746	2.748	20.884

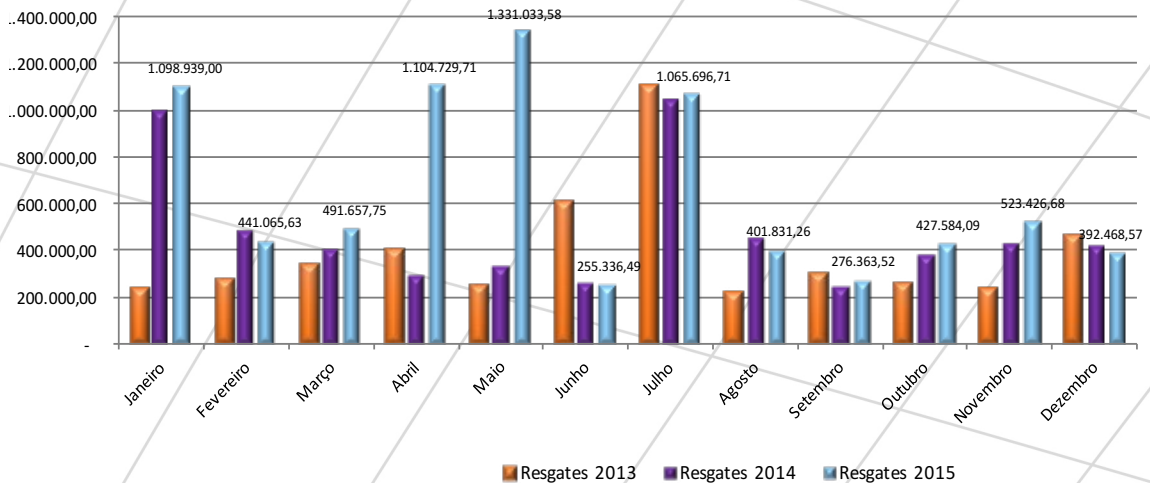


Capital Social

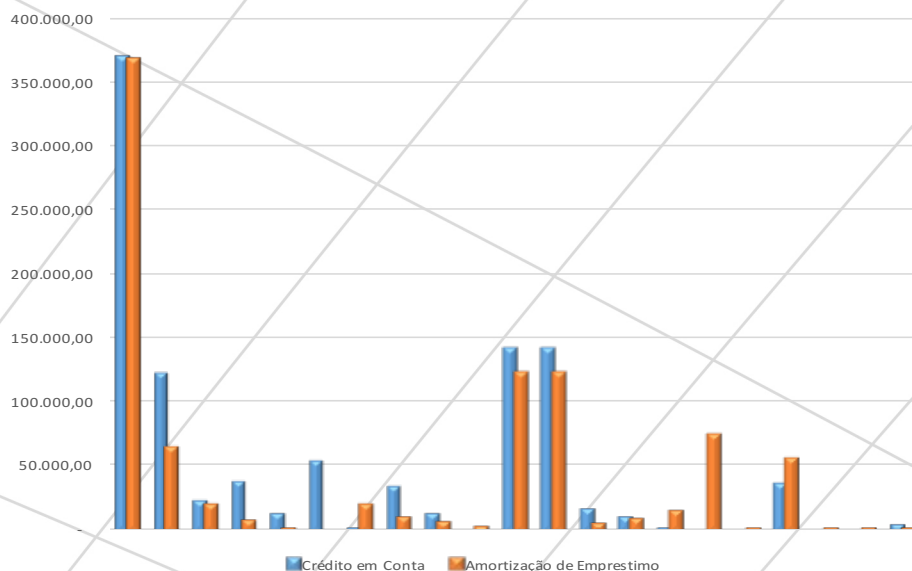
Depósitos



Saídas

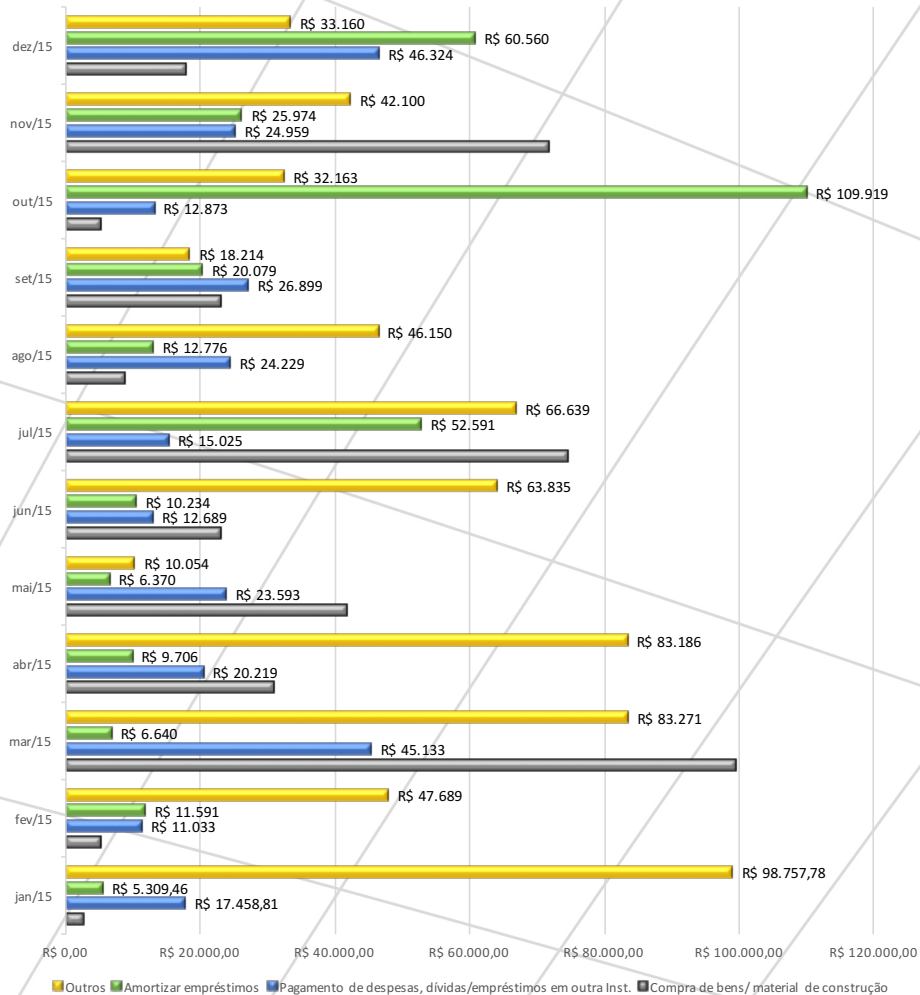


Resgates parciais de capital, por casa



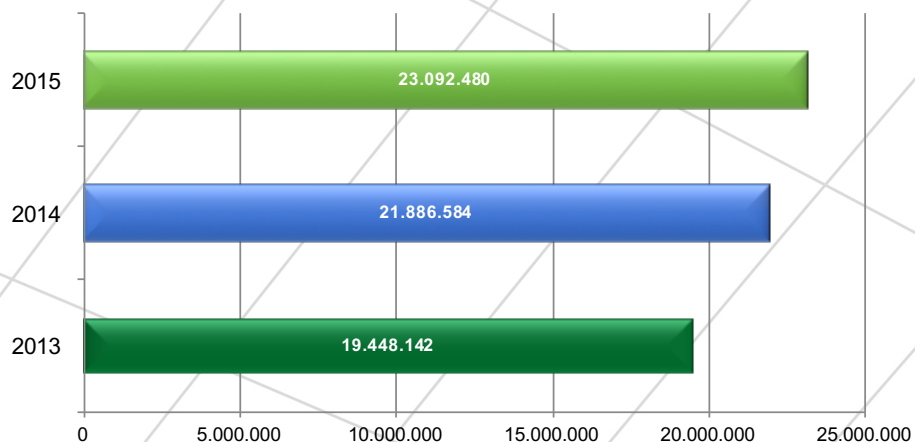
Casa	Crédito em Conta	Amortização de Empréstimo
Hospital Santa Catarina	369.537,56	368.330,22
Casa de Saúde São José	122.247,46	65.288,01
Hospital Santa Teresa	23.116,56	20.494,56
Colégio Santa Catarina - SP	36.900,00	7.416,72
Hospital São José	12.875,00	1.749,90
Hospital Madre Regina Protzman	54.000,00	0,00
Hospital São Luiz	1.750,00	20.332,58
Lar Madre Regina	33.280,00	9.600,00
Residencial Santa Catarina	12.292,64	6.924,36
Centro de Referência do Idoso	0,00	2.839,49
Organização Social	141.431,21	123.582,52
Pólo de Atenção Intensiva	16.660,00	5.076,17
Centro de Análises Clínicas	9.508,04	9.117,35
AME Itapevi	1.800,00	14.731,41
AME Jardim dos Prados	0,00	74.108,02
Hospital de Trauma e Ortopedia	0,00	1.261,44
Creche Madre Regina	36.175,76	56.664,06
Hospital Estadual Central	0,00	162,70
Hospital Geral Pedreira	0,00	2,52
Hospital Amparo Maternal	3.345,41	971,78
Total	1.016.350,85	912.236,33

Resgates parciais de capital, por motivo





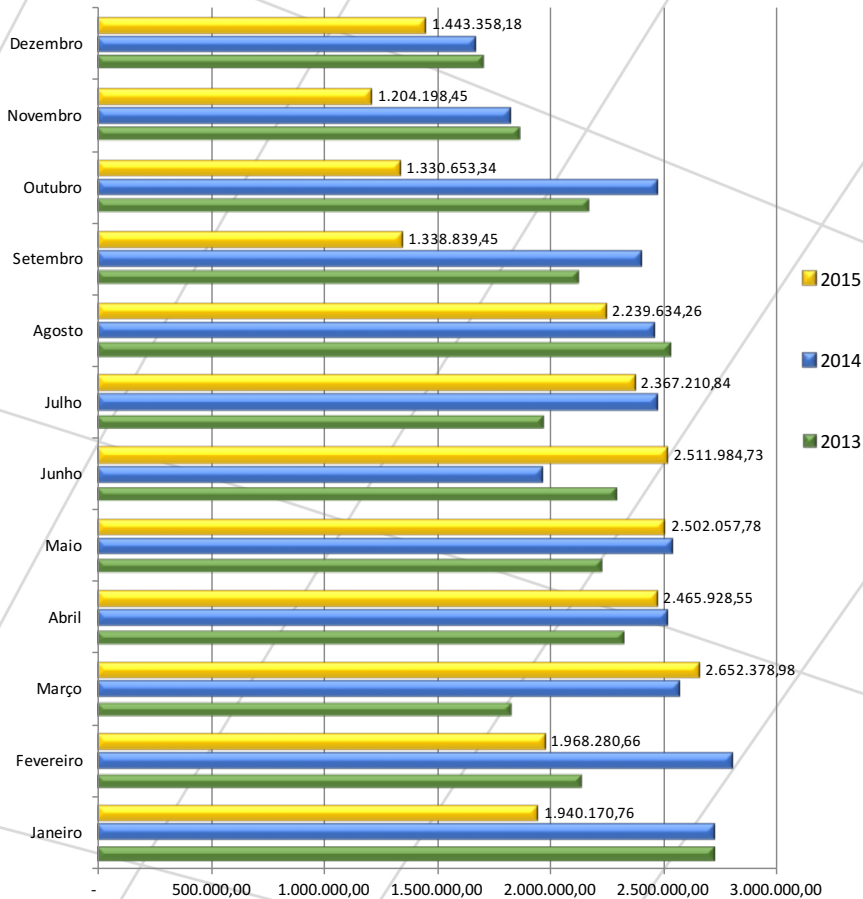
Capital Social




 Crescimento de
 5,51%

PE/Orcamento 2015	Previsão	Alcançado	Variação
Capital Social	R\$ 21.501.176	R\$ 23.092.480	R\$ 1.591.304
Juros ao Capital	R\$ 1.436.728	R\$ 1.749.315	R\$ 312.587

Liberação de Empréstimos



Liberados 9.103 contratos no total de R\$ 24.601.602 no ano de 2015:

Prazo médio de 22 meses

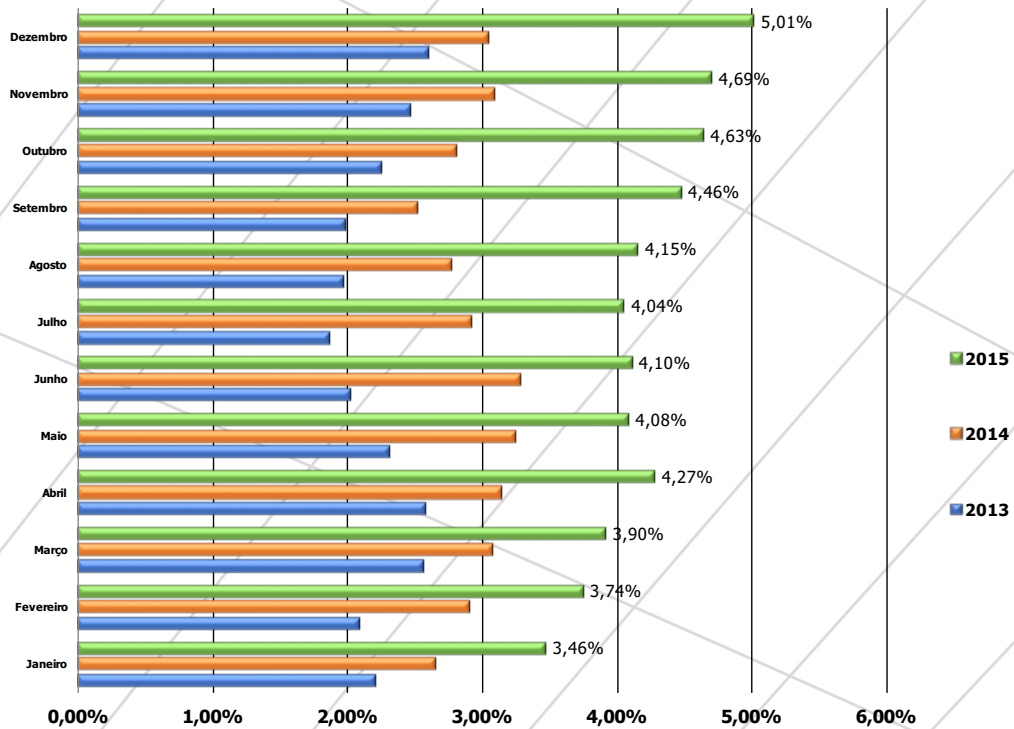
Valor médio de R\$ 2.703

70,95% liberação de crédito novo - R\$ 17.453.676

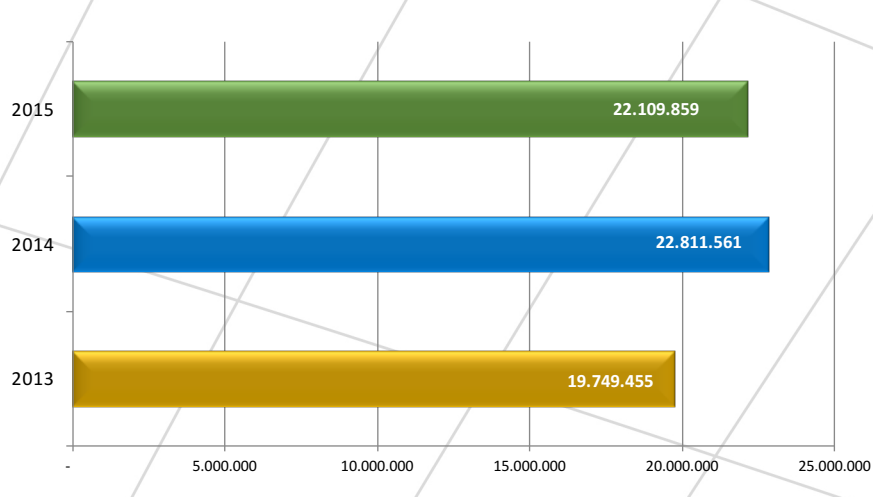
26,72% refinanciamentos - R\$ 6.574.037

1,98% seguro prestamista - R\$ 488.056

Empréstimos em atraso



Composição da Carteira de Crédito



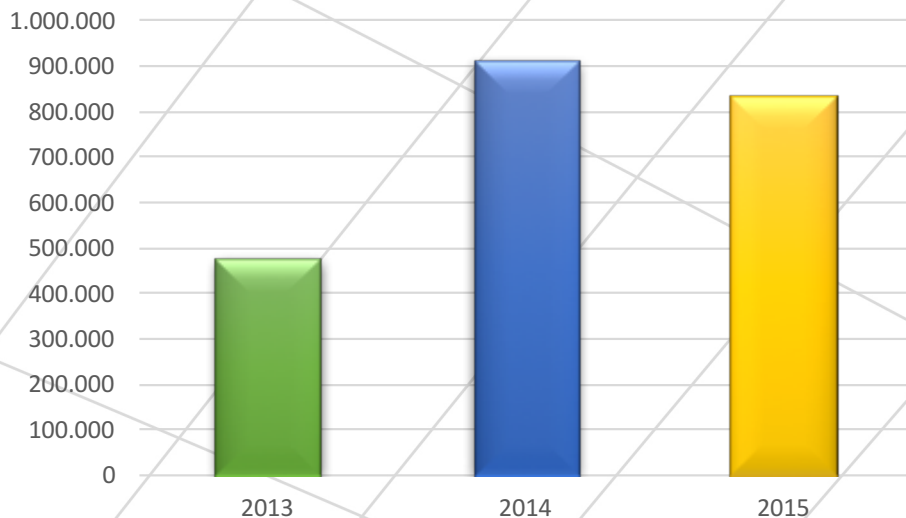
Em relação a 2014
houve uma redução
de 3,08%

Em relação a previsão
de rendas de
empréstimos houve
redução de
R\$ 564.230

PE/Orçamento 2015	Previsão	Alcançado	Variação
Carteira de crédito	R\$ 28.250.904	R\$ 22.432.190	- R\$ 5.818.714
Rendas de empréstimos	R\$ 6.689.659	R\$ 6.125.429	- R\$ 564.230



Cooperinvest



Houve uma
redução de
depósitos
a prazo de
9,62%
em relação a
2014

PE/Orçamento 2015	Previsão	Alcançado	Variação
Cooperinvest	R\$ 1.157.369	R\$ 829.373	R\$ 327.996
Captação Cecresp	R\$ 3.245.833	-	R\$ 3.245.833
Despesas Captação	R\$ 604.776	R\$ 368.924	R\$ 235.852



Apoio a ações e eventos

Instituição	Evento	Valor
CEAC SUL	Dia da Mulher - Doação de bombons	198,45
Creche Santa Catarina - Petrópolis	Ação de Páscoa	1.188,30
Creche Monteiro Lobato	Ação de Páscoa	262,15
Hospital Estadual Central	Ação de Páscoa	2.000,00
Hospital Estadual Central	SIPAT	1.500,00
Colegio Santa Catarina - SP	Festa Junina	300,00
Escola Santa Catarina	Festa Junina	300,00
CEAC SUL	Treinamento de Recoleta	1.000,00
Escola Santa Catarina	Concurso de Redação	300,00
Hospital São Luiz - Cáceres	Semana da Enfermagem	205,00
Hospital Clínicas N. Senhora Conceição	SIPAT	137,00
Núcleo Educacional Santa Catarina	Festa Junina	400,00
Centro de Referência do Idoso	Festa Junina	500,00
Hospital Trauma Ortopedia	Aniversário do Hospital	500,00
Amparo Maternal	Reforma dos Murais	2.000,00
AME Itapevi	SIPAT	286,00
Amparo Maternal	Aniversário do Hospital	2.000,00
OS Santa Catarina	Apoio Projeto Viva Saudável	1.200,00
Polo de Ação Intensiva	Doação de um Tablet	999,00
OS Santa Catarina	Apoio Encontro de Líderes das OSS (camisetas)	3.000,00
Hospital de Trauma e Ortopedia	SIPAT	1.000,00
Amparo Maternal	SIPAT	500,00
Hospital Regional de Cáceres	SIPAT	200,00
Hospital Santa Teresa	SIPAT - doação Tablet	200,00
Residencial Santa Catarina	Doação de um Tablet para premiação Campanha	200,00
Administração Corporativa	Ação com carrinho de pipoca e algodão doce	800,00
Hospital Santa Teresa	SIPAT, missa e festa de final de ano	1.550,00
Lar Madre Regina	Prendas para o bingo beneficente	500,00
Hospital Santa Catarina	SIPAT e Festa de final de ano	9.000,00
Hospital Estadual Central	Apoio festa final de ano	500,00
Total		32.725,90

Ações Sociais

Páscoa

Entre as diversas ações que a Cooperativa promove, a Páscoa não poderia passar em branco.

A ação teve como principal objetivo proporcionar um momento de alegria para as crianças da Casa da Criança de Vila Mariana e do NESC – Núcleo Educacional Santa Catarina, em São Paulo.

Os idosos também foram lembrados. O Coelho visitou o Lar Madre Regina e levou muito carinho, chocolates e alegria a todos.



Ações Sociais

Dia C

O Dia C é um marco das atividades de promoção social do cooperativismo em todo o País.

Para celebrar o Dia C, a Coopercredi ACSC promoveu uma visita ao Lar Madre Regina, uma casa pertencente a Associação criada para atender idosos em vulnerabilidade social. Atualmente a instituição abriga 64 idosos de ambos os sexos, com idade superior a 60 anos.

A visita contou com a participação dos colaboradores da Cooperativa que levaram aos idosos um pouco de lazer e diversão.





FATES

Em 2015 os delegados presentes na Assembleia aprovaram o plano para aplicação do FATES que foi cumprido pela Diretoria, conforme abaixo:

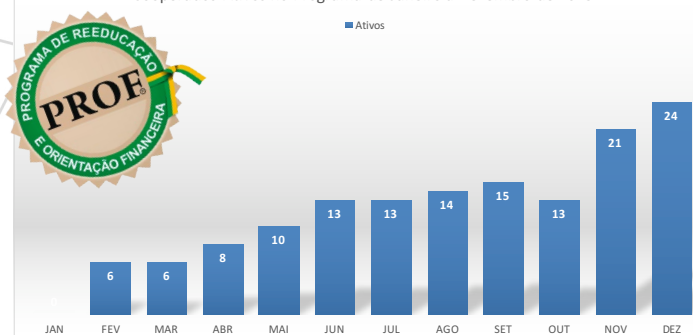
	Aprovado	Realizado	Variação
Saldo Anterior	85.491	85.571	-
Ingressos:	17.000	17.000	-
Destinação pela Assembleia Geral	-	17.000	-17.000
Utilização:	-102.840	-102.571	-269
Parceria Instituto FEPAF	-3.240	-2.880	-360
Programa de Reeducação e Orientação Financeira	-99.600	-99.691	91
Impressão do Livro "Coopercredi 20 anos"	-	-	-
Curso de Delegados	-	-	-
Ingressos:	-	24.024	-24.024
Destinação de 10% das sobras do ano	-	24.024	-24.024
Reversão de valores não resgatados	-	-	-
Saldo Final		24.024	

Programa de Reeducação e Orientação Financeira - PROF

Em 2015, mais de **655** cooperados participaram do Programa de Reeducação e Orientação Financeira da Coopercredi ACSC



Cooperados Ativos no Programa de Janeiro a Dezembro de 2015

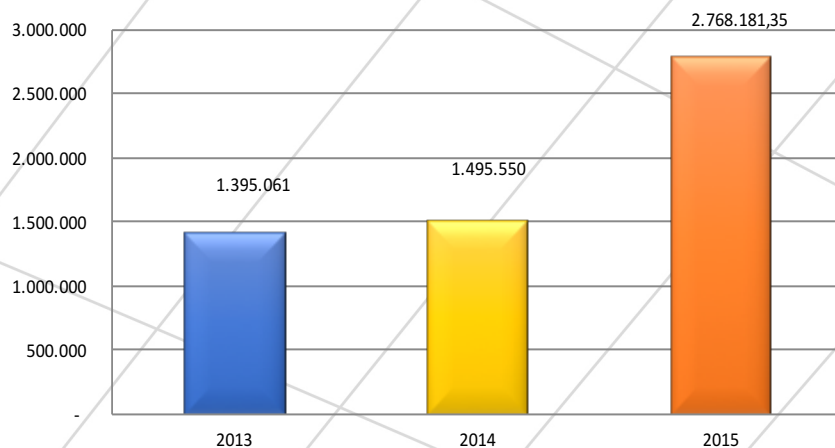


Foram realizados um total de 13 Palestras, sendo 8 em São Paulo, 3 no Rio de Janeiro e 2 no Espírito Santo.

Das 13 palestras 3 foram realizados em SIPAT.

Totalizando 404 participantes

Disponibilidades e Aplicações Financeiras



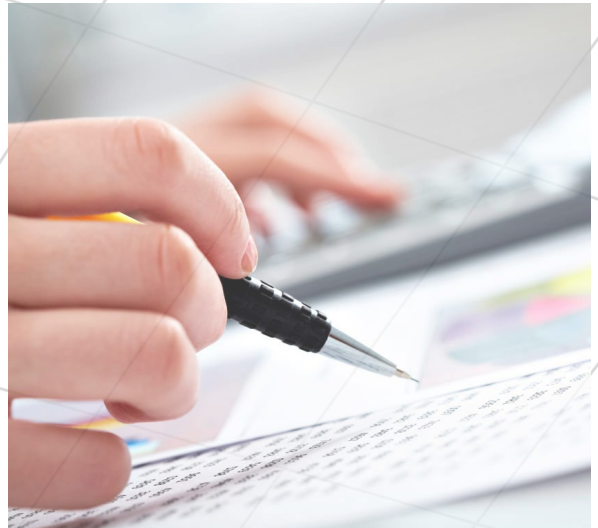
↑
Recursos em
caixa 54,02%
maior em relação
a 2014

PE/Orçamento 2015	Previsão	Alcançado	Variação
Centralização Financeira	R\$ 800.000	R\$ 2.768.181	R\$ 1.968.181
Receita Financeira	R\$ 84.800	R\$ 223.159	R\$ 138.359

Controle Orçamentário

CONTAS	Realizado	Orçado 2015	Varição
RENDAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.417.111	6.037.269	-620.158
Rendas de Operação Financeira	223.159	84.800	138.359
Rendas de Operações de Crédito	5.193.952	5.952.469	-758.517
Rendas de Empréstimos	6.125.429	6.689.659	-564.230
Recuperação de Crédito B. Prejuízo	301.487	300.000	1.487
Prov. para Crédito de Liq. Duvidosa	-1.232.964	-1.037.190	-195.774
Constituição de provisão para CLD	-2.048.666	-1.817.190	-231.476
Reversão de Provisão para CLD	815.702	780.000	35.702
Despesa de Captação Financeira	-368.924	-604.776	235.852
Despesas com Remun. do Poupprev	-125.236	-130.100	4.864
Despesas com Empréstimo Cecresp	-243.688	-474.676	230.988
Outras Rendas	229.469	-	229.469
Convênios e Parcerias	152.678	367.569	-214.892
TOTAL RECEITAS	5.430.334	5.800.063	-369.729
Despesas de Pessoal	1.640.653	1.966.488	-325.835
Salários/Férias/13º	825.737	1.063.235	-237.497
Encargos Sociais	323.241	332.796	-9.555
Benefícios	479.828	527.657	-47.829
Educação/Treinamentos	11.846	42.800	-30.954
Serviços de Terceiros	124.791	96.180	28.611
Conselho de Admin./Conselho Fiscal	47.660	47.932	-271
Diretoria	475.578	641.693	-166.115
Impostos/Taxas/Multas	15.712	7.000	8.712
Provisão de Riscos Fiscais	-	13.200	-13.200
Despesas Bancárias	11.076	13.162	-2.086
Filiações Outras Entidades	297.927	315.000	-17.073
Propaganda e Publicidade	42.915	64.240	-21.325
Seguros	19.567	23.890	-4.323
Manutenção Sede	110.669	109.232	1.437
Telecomunicações	62.481	79.380	-16.899
Correios	26.137	31.800	-5.663
Assinaturas / Livros Técnicos	165	600	-435
Promoções e Relações Públicas	59.766	101.000	-41.234
Viagens / Diárias	42.344	82.640	-40.296

CONTAS	Realizado	Orçado 2015	Varição
Comemorações / Eventos	64.610	129.000	-64.390
Transporte	19.844	28.160	-8.316
Manutenção Maquinas e Equip.	964	2.400	-1.436
Processamento de Dados	220.220	226.146	-5.926
Material de Escritório / Gráfico	20.831	39.600	-18.769
Material de Copa/Limpeza e Refeições	16.590	18.840	-2.250
Gastos Diversos	24.169	14.800	9.369
Depreciação/Amortização	87.219	96.361	-9.142
Despesas não Operacionais	8.897	-	8.897
TOTAL DAS DESPESAS	3.440.784	4.414.743	707.959
RESULTADO OPERACIONAL	1.989.550	1.651.319	338.231
JUROS AO CAPITAL	1.749.315	1.436.728	312.587
DESTINAÇÃO DE RESULTADOS/AJUSTES	48.047	42.918	5.129
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA	192.188	171.673	20.515

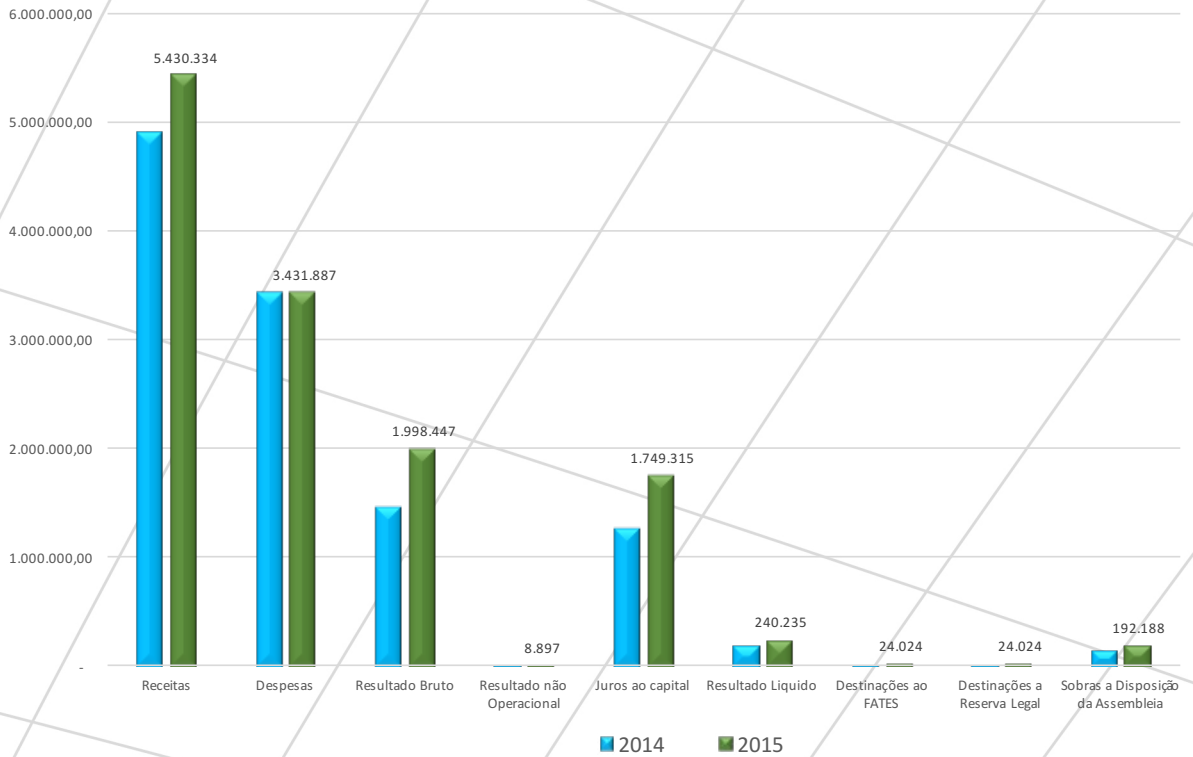


Apuração do resultado e pagamento de juros ao capital

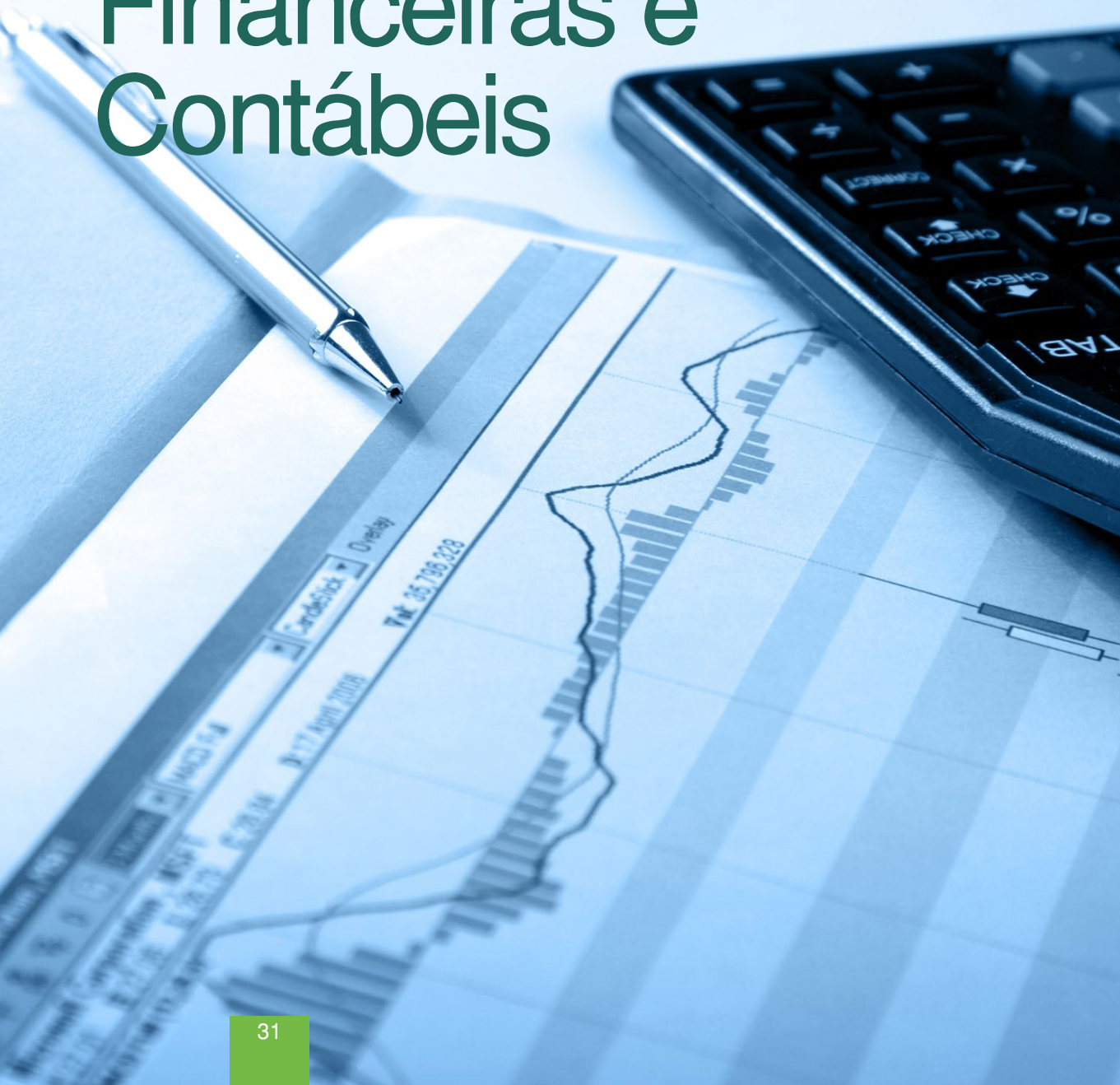
	2014	2015	Varição
Receita Total	4.890.055	5.430.334	540.279
Despesa Total	-3.427.823	3.431.887	-4.064
Resultado Operacional	1.462.231	1.998.447	536.216
Resultado não Operacional	-585	-8.897	-8.362
Resultado Bruto	1.461.647	1.989.550	527.903
Juros Sobre o Capital	1.270.919	1.749.315	478.396
IRRF	-190.641	-7.836	182.805
Juros Líquidos	1.080.278	1.741.479	661.201
Resultado Líquido	190.728	240.235	49.507
Destinação ao FATES	-19.073	-24.024	-4.951
Destinação a Reserva Legal	-19.073	-24.024	-4.951
Sobras a Disposição da Assembleia	152.582	192.188	39.606



Resultados e destinações



Demonstrações Financeiras e Contábeis





Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2015 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Coopercredi ACSC na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2015 a Coopercredi ACSC completou 25 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2015, a Coopercredi ACSC obteve um resultado de R\$ 1.989.550,21 antes das destinações, representando um retorno anual de 8,34% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 2.768.181,35. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 22.109.858,83.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial R\$ 22.109.858,83 100%

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2015 o percentual de 3,52% da carteira, no montante de R\$ 777.413,51

4. Captação

As captações, no total de R\$ 829.373,11 apresentaram uma redução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 8,78%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos a prazo R\$ 829.373,11 100%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2015 o percentual de 96,55% da captação, no montante de R\$ 800.759,91.

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência da Coopercredi ACSC era de R\$ 23.869.667,87. O quadro de associados era composto por 6.685 cooperados, havendo uma redução de 10,28% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

À Coopercredi ACSC adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 91,69% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião dos delegados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

À cooperativa possui ainda um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECRESP, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada dois anos na AGO, com mandato até a AGO de 2016, o conselho fiscal tem função complementar à do conselho de administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.



Todos os integrantes da equipe da Coopercredi ACSC aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2015, a ouvidoria da Coopercredi ACSC registrou 15 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Paulo (SP), 11 de março de 2016.

Balanco Patrimonial em 31/12/2015

ATIVO

		31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE		23.525.332	23.308.883
DISPONIBILIDADES	(Nota 4)	40.729	14.723
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS LIQUIDEZ	(Nota 5)		
Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 6)	2.768.181	1.495.550
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 8)	3.573.380	4.1215.705
Outros créditos	(Nota 9)	268.575	281.831
Outros valores e bens			
Total do Ativo Circulante		6.614.865	6.007.809
Não Circulante			
Operações de crédito	(Nota 8)	16.720.124	17.203.605
Outros créditos	(Nota 9)	190.342	97.468
Total do Ativo Não Circulante		16.910.466	17.301.073
Permanente		1.544.565	1.425.443
Investimentos	(Nota 10)	1.283.909	1.076.081
Imobilização de uso	(Nota 10)	216.506	279.278
Depreciação acumulada	(Nota 10)	44.150	61.397
Deferido			8.687
Total do Permanente		1.544.565	1.425.443
Total do Ativo		25.069.897	24.734.326

PASSIVO

		31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE		1.200.229	2.381.851
Depósitos a vista	(Nota 12)		
Depósitos a prazo	(Nota 12)	829.373	909.159
Obrigações por repasses interfinanceiros	(Nota 13)	1.525	1.028
Obrigações por empréstimos e repasses	(Nota 14)		807.792
Obrigações sociais e estatutárias	(Nota 15)	28.650	278.558
Obrigações fiscais e previdenciárias	(Nota 16)	67.480	79.107
Outras obrigações	(Nota 17)	273.201	306.207
Total do Passivo Circulante		1.200.229	2.381.851
Não Circulante			
Total do Passivo Não Circulante		-----	-----
Patrimônio Líquido			
Capital Social	20.a	23.092.480	21.774.498
Reservas de sobras	20.b - c	585.000	425.394
Sobras ou perdas de exercícios anteriores	20.d	---	---
Sobras ou perdas do exercício	19	192.188	152.582
Total do Patrimônio Líquido		23.869.668	22.352.474
Total do Passivo		25.069.897	24.734.326

Demonstrações de Sobras ou Perdas (em reais)

Descrição das contas	2º SEMESTRE DE 2015	2015	2014
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.457.906	6.635.704	6.050.536
Operações de Crédito	3.307.969	6.426.916	5.895.006
Resultado de Oper. c/ Títulos e Vlr. Mobiliários e instrumentos financeiros	149.938	208.788	155.530
	3.457.906	6.635.704	6.050.536
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(831.342)	(1.603.228)	(1.426.708)
Operações de Captação no Mercado	(61.048)	(126.577)	(108.003)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(618.211)	(1.232.964)	(1.092.451)
Operações de Empréstimos e Repasses	(152.083)	(243.688)	(225.571)
	(831.342)	(1.603.228)	(1.426.025)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.626.564	5.032.476	4.624.511
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.626.564)	(3.034.029)	(3.161.297)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	---	---	---
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(1.135.300)	(2.147.935)	(2.152.076)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(643.467)	(1.276.309)	(1.269.066)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(4.161)	(6.303)	(6.681)
Ingressos de depósitos intercooperativos	---	---	---
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	225.270	394.816	263.422
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	---	---	---
Resultado de participação em Col. e Controladoria	1.027	1.702	2.121
	1.556.631	3.034.029	3.162.279
RESULTADO OPERACIONAL	1.069.933	1.998.447	1.462.231
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(8.897)	(8.897)	(585)
Resultados não operacionais	---	---	---
Despesas não operacionais	-8897	-8896,64	(585)
	(8.897)	(8.897)	(585)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DAS PARTICIPAÇÕES	1.061.036	1.989.550	1.461.647
Imposto de renda e contribuição sindical	---	---	---
Participação de funcionários	---	---	---
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	1.061.036	1.989.550	1.461.647
FATES - Atos Cooperativos	(24.024)	(24.024)	(19.073)
Reserva Legal	(24.024)	(24.024)	(19.073)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DE EXERCÍCIO	1.012.988	1.941.502	1.423.501
JUROS AO CAPITAL	-1.749.314,8	(1.794.315)	(1.270.919)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (em reais)

	Capital Subscrito	Reserva Legal	Fundo de expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2013	19.302.584	406.321		70.844	19.779.749
Destinação de Sobras Exercício Anterior					
Ao FATES				(70.844)	(70.844)
Integralização/Subscrição de Capital	7.507.996				7.507.996
(-) Devolução de capital	(6.116.360)				(6.116.360)
Provisão de Juros ao Capital				(1.270.919)	(1.270.919)
Integralização de Juros ao Capital	1.270.919				1.270.919
IRRF sobre Juros ao Capital	(190.641)				(190.641)
Sobras ou Perdas Líquidas				1.461.647	1.461.647
F A T E S - Atos Cooperativos				(19.073)	(19.073)
Reserva Legal		19.073		(19.073)	
Saldos em 31/12/2014	21.774.498	425.394		152.582	22.352.474
Destinação de Sobras Exercício Anterior					
Ao FATES				(17.000)	(17.000)
Ao Fundo de Expansão				(135.582)	(135.582)
Integralização/Subscrição de Capital	7.378.800				7.378.800
(-) Devolução de capital	(7.802.296)				
Reversões de Reservas					
Provisão de Juros ao Capital				(1.749.315)	(1.749.315)
Integralização de Juros ao Capital	1.749.315				1.749.315
IRRF sobre Juros ao Capital	(7.836)				(7.836)
Sobras ou Perdas Líquidas				1.989.550	1.989.550
F A T E S - Atos Cooperativos				(24.024)	(24.024)
Fundo de Expansão			135.582		135.582
Reserva Legal		24.024		(24.024)	
Saldos em 31/12/2015	23.092.480	449.418	135.582	192.187	23.869.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (em reais)

	2º SEMESTRE DE 2015	31/12/2015	31/12/2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras (perdas) do exercício antes de IR e Contribuição Sindical	1.061.037	1.989.550	1.461.647
AJUSTES			
Provisão para Operações de Crédito	58.002	346.719	298.347
Provisão de Juros ao Capital	(1.749.315)	(1.749.315)	(1.270.919)
Constituição dos Fates	(24.024)	(24.024)	(19.073)
Destinação de sobras FATES			
Depreciação e Amortização	21.176	68.164	100.730
	(632.524)	631.095	570.732
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS			
Títulos e Valores Imobiliários	--	135.582	--
Operações de Crédito	2.327.117	1.210.071	(3.030.316)
Outros Créditos	76.092	(464.601)	(50.728)
Depósitos	(42.533)	(79.786)	469.308
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(2.229.587)	(807.792)	(2.352)
Outras Obrigações	(933.667)	(294.044)	94.491
	(802.576)	(310.570)	(2.519.597)
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	(1.435.100)	320.525	(1.948.865)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aportes de capital em investimento	(135.038)	(207.827)	(223.607)
Aplicação no imobilizações de uso	62.036	20.845	(116.317)
Aplicação no Ativos intangível e diferido	(3.039)	(305)	(19.124)
Baixas de imobilizado de uso			1.494
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(76.041)	(187.287)	(357.554)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento por novos aportes de capital	3.660.092	7.378.800	7.507.996
Aumento por aporte de capital de ex-cooperados	926.963	---	---
Devolução de capital à cooperados	(3.079.534)	(7.802.296)	(6.116.361)
Destinação das sobras exercício anterior ao FATES	---	(17.000)	(70.844)
Destinação das sobras exercício anterior ao Fundo de Expansão	---	(135.582)	---
Subscrição do Juros ao Capital	1.749.315	1.749.315	1.270.919
IRRF sobre juros ao capital	(7.836)	(7.836)	(190.641)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	3.249.000,26	1.165.400	2.401.069
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	1.737.859	1.298.638	(94.651)
No início do período (nota 4)	1.071.052	1.510.237	1.415.621
No fim do período (nota 4)	2.808.911	2.808.911	1.510.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Notas explicativas em 31/12/2015 e 2014

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina - Coopercredi ACSC, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 05/11/1990, filiada à Cooperativa Central Cecresp – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

A Coopercredi ACSC possui sede em São Paulo/SP e Postos de Atendimento (PA) nas seguintes localidades: Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da administração da cooperativa e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações da lei complementar 130/2009 bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos

contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009. Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações contábeis foi dada pela diretoria 07 de março de 2016.

NOTA 03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

d) Provisão para operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/1999 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

**e) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 05 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/2008, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Os saldos existentes em setembro de 2008 são mantidos até a sua efetiva realização.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a cooperativa tem por diretriz.

o) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.



As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a lei 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	R\$ 40.729	R\$ 14.723

NOTA 05 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as aplicações em títulos e valores mobiliários da cooperativa estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Relações interfinanceiras – centralização financeira	2.768.181	1.495.550

RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECRESP, conforme determinado no art. 23, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível	Percentual de Risco	Situação	* Empréstimos	Total em 31/12/2015	Total da Provisão 31/12/2015	Total em 31/12/2014	Total da Provisão 31/12/2014
A	0,50%	Normal	19.840.823	19.840.823	(99.204)	20.981.481	104.907
B	1%	Normal	38.173	38.173	(382)	235.558	2.356
B	1%	Vencidas	190.265	190.265	(1.903)	24.231	242
C	3%	Normal	6.042	6.042	(181)	179.113	5.373
C	3%	Vencidas	196.921	196.921	(5.908)	26.321	790
D	10%	Normal	29.926	29.926	(2.993)	150.821	15.082
D	10%	Vencidas	201.425	201.425	(20.143)	36.082	3.608
E	30%	Normal	29.556	29.556	(8.867)	112.325	33.698
E	30%	Vencidas	167.693	167.693	(50.308)	38.494	11.548
F	50%	Normal	17.201	17.201	(8.600)	109.148	54.574
F	50%	Vencidas	182.982	182.982	(91.491)	46.218	23.109
G	70%	Normal	8.665	8.665	(6.066)	66.234	46.364
G	70%	Vencidas	177.208	177.208	(124.046)	36.116	25.281
H	100%	Normal	64.167	64.167	(64.167)	459.935	459.935
H	100%	Vencidas	958.811	958.811	(958.811)	309.481	309.481
Total Normal			20.034.554	20.034.554	(190.459)	22.294.617	722.290
Total Vencido			2.075.305	2.075.305	(1.252.609)	516.944	374.060
Total Geral			22.109.859	22.109.859	(1.443.068)	22.811.561	1.096.349
Provisões (-)				(1.443.068)		1.096.349	
Total Líquido			22.109.859	20.666.791		23.907.910	

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas. (Valores expressos em reais – R\$)

b) Composição da carteira de créditos segregada por faixas de vencimento

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total em 31/12/2015
Empréstimos	702.168	3.847.027	17.560.663	22.109.859

Valores não reduzidos pelas provisões para créditos de liquidação duvidosa.

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo produto e de pessoa:

Setor	31/12/2015		31/12/2014
	Empréstimo e Financ.	Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas Físicas			
Empréstimos	10.909.632	10.909.632	12.354.366
Refinanciamento	9.978.272	9.978.272	9.406.885
Compra Cooperada	142.561	142.561	355.152
Cartão Crédito	27.681	27.681	166.916
Convênio	15.236	15.236	133
Carteira de Operação de Crédito	21.073.382	21.073.382	22.283.453
Renegociações ¹	1.036.477	1.036.477	528.108
Total	22.109.858,83	22.109.859	22.811.561

¹ Títulos de Crédito a Receber com características de concessão de Crédito de ex associados.

(Valores expressos em reais – R\$)

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	(1.096.349)	(811.315)
Constituições/Reversões no período	(2.048.750)	(1.886.939)
Transferências/reversões para prejuízo no período	1.702.031	1.601.905
Total	(1.443.068)	(1.096.349)

(Valores expressos em reais – R\$)

e) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2015	% Carteira Total	31/12/2014	% Carteira Total
Maior devedor	61.785	0,28%	112.797	0,49%
10 maiores devedores	464.196	2,10%	594.442	2,61%
50 maiores devedor	1.493.347	6,75%	1.787.494	7,84%

(Valores expressos em reais – R\$)

f) Créditos Baixados como Prejuízo, Renegociados e Recuperados em conformidade com a Resolução nº 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	2.757.108	2.203.511
Valor das Operações Transferidas no Período	886.245	821.956
Valor das Operações Recuperadas no Período	(237.165)	(268.359)
Total	3.406.188	2.757.108

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Setor	31/12/2015 Circulante	Total	31/12/2014 Total
Adiantamento de Despesas de Viagens	-	-	201
Adiantamento Funcionário	-	-	394
Adiantamento para Despesas diversas (a)	255	255	165
Imposto de Renda a Compensar	-	-	10.181
Quitação de Rescisões (b)	46.649	46.649	40.277
Títulos e Créditos a Receber (b)	1.039.203	1.039.203	386.193
Transitória conta cartão	-	-	2.631
Provisão para Outros Crédito	(627.191)	(627.191)	(158.211)
Total	458.917	458.917	281.831

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) Em adiantamento para despesas diversas estão registrados os valores do fundo fixo para pequenas despesas da cooperativa;

(b) Em Quitações de Rescisão estão registrados os valores de rescisões de cooperados feitas no decorrer do mês base, sendo baixadas sempre no mês seguinte;

(c) Em Títulos e Créditos a Receber, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Títulos e Créditos a Receber (a)	31/12/2015		
	Circulante	Total	Total
Renegociações	1.147.087	1.147.087	541.657
(-) Rendas apropriar renegociação	(110.610)	(110.610)	(13.549)
Cartão de crédito lojista			5.288
Devedores diversos - País			1.562
Créditos a receber	2.726	2.726	7.532
Odontoprev			15.167
Total	1.039.203	1.039.203	557.657

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 08 – PERMANENTE

a) Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP e outros investimentos, conforme demonstrado:

Registrados ao custo de Aquisição	31/12/2015	31/12/2014
Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB CENTRAL CECRESP	1.247.674	1.046.680
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	17.634,63	13.401
Cecresp Corretora de Seguros Ltda.	18.600	16.000
Total	1.283.909	1.076.081

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Imobilizado de uso	31/12/2015		31/12/2014		Tx Anuais Deprec. %
	Custo Corrigido	Deprec.Acumulada	Total Líquido	Total Líquido	
Imobilizado em curso	--	-	-	3.341	0%
Instalações	61.956,26	(14.972,70)	46.983,56	53.179	10%
Veículos	35.423,92	(13.205,28)	22.218,64	81.389	110%
Móveis e equip. de uso	123.029,28	(48.361,33)	74.667,95	81.091	10%
Sistema de comunicação	2.000,00	(483,43)	1.516,57	1.717	20%
Sistema de proces. de dados	230.296,33	(159.177,06)	71.119,27	58.561	20%
Total	452.706	(236.200)	216.506	275.937	-

(Valores expressos em reais – R\$)

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

c) Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Intangível	31/12/2015		31/12/2014		Tx Anuais Amortização
	Custo Corrigido	Amort.Acumulada	Total Líquido	Total Líquido	
Licença e Software	206.604	(162.454)	44.150	61.397	20%

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 09 - DEPÓSITOS

a) Composição das operações segregadas por tipo de depósitos.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Pessoa Física		
Depósito a prazo (1)	829.373	909.159
Total	829.373	909.159

(1) - Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.
(Valores expressos em reais – R\$)

b) Concentração dos principais aplicadores:

Descrição	31/12/2015	% Carteira Total	31/12/2014	% Carteira Total
Maior Aplicador	171.527	20,68%	181.421	19,95%
10 maiores aplicadores	623.080	75,13%	638.505	70,23%
50 maiores aplicadores	829.373	100%	909.159	100,00%

(Valores expressos em reais – R\$)

A cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2014.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades (art. 23, da Resolução CMN nº 4.434/2015) e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015	31/12/2014
Siccoob Central Cecresp - Contrato nº 924-7	--	807.792
Total	--	807.792

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	24.024	85.571
IRRF sobre juros ao capital	-	190.641
Cotas de capital a pagar (b)	4.615	2.346
Sobras/Juros de Capital a Pagar	10,71	-
Total	28.650	278.558

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) As cotas de capital a pagar ficam registrados os valores a devolver ao cooperado que foi demitido ou uma devolução parcial de capital.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	252	385
IRRF sobre Salários	13.280	16.703
INSS sobre salários	33.449	47.208
FGTS sobre salários	11.047	12.965
PIS sobre salários	576	957
PIS/COFINS a recolher	1.040	681
IRRF sobre aplicações financeiras		208
IRRF de juros ao capital	7.836	--
	--	
Total	67.480	79.107

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

	31/12/2015		31/12/2014
Outras obrigações	Circulante	Total	Total
Fornecedores	26.528	26.528	49.220
Compra Cooperada	14.443	14.443	4.383
IRRF sobre juros ao capital	964	964	--
Provisão P/ Despesas Administr.	--	--	3.600
Provisão P/ Despesas com Pessoal	60.144	60.144	80.866
Provisão para Ação Judicial	--	--	--
Prov. de Férias	114.334	114.334	95.053
Recesso Estagiário	525	525	959
Seguros Retidos nos empréstimos	29.738	29.738	31.899
Convenio Farmácia	328	328	182
Credores Diversos - país	4.572	4.572	21.704
Creditos - Boletos Afastados	259	259	--
Creditos a devolver-recebimento a maior	--	--	--
Cartão de Crédito- Fatura	16.81	19.681	--
Comissão de seguros a funcionários	--	--	2.612
Fornecedor-Cartão de Crédito	--	--	15.591
Faturamento Taxi	262	262	139
Faturamento Padaria	1.423	1.423	140
Total	273.201	273.201	306.348

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 14 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação dos assessores jurídicos, a Cooperativa, para fazer face às perdas remotas de demandas administrativas e judiciais, não se viu necessário provisionamento para contingências, bem como a mensuração em nota explicativa

NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Coopercredi ACSC opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social	23.092.480	21.774.498
Total de Associados	6.685	7.451

(Valores expressos em reais – R\$)

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

(c) Fundo de Expansão

O Fundo de Expansão tem como objetivo reunir recursos financeiros para instalação de sede administrativa para a Coopercredi ACSC

(d) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a lei nº 5.764/1971.

(e) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Sobras /lucro líquido do exercício	1.989.550	1.461.647
Pagto/incorporação de Juros ao Capital	(1.749.316)	(1.270.919)
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações.	240.234	190.728
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(24.023)	(19.073)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(24.023)	(19.073)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	192.188	152.582

(Valores expressos em reais – R\$)



A reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;
O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e
Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

NOTA 17 – PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL

A cooperativa vem provisionando juros ao capital, com a expectativa de que ao final do exercício, remunere o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

NOTA 18 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º Semestre 2015	31/12/2015	31/12/2014
Despesas de honorários	243.151	521.589	563.714
Despesas de pessoal - benefícios	246.053	466.914	449.941
Despesas de pessoal - encargos sociais	174.783	323.875	283.206
Despesas de pessoal - proventos	454.835	813.721	801.775
Despesas de pessoal - treinamento	11.078	11.846	25.690
Despesas de remuneração de estagiários	5.400	9.990	27.751
Total	1.135.300	2.147.935	2.152.076

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º Semestre 2015	31/12/2015	31/12/2014
Despesas de água, energia e gás	5.829	11.101	7.990
Despesas de aluguéis	31.520	62.995	60.390
Despesas de comunicações	46.897	88.618	114.097
Despesas de manutenção e conservação de bens	85	2.350	3.701
Despesas de material	4.289	9.468	13.049
Despesas de processamento de dados	894	964	1.101
Despesas de promoções e relações públicas	71.722	124.376	136.373
Despesas de propaganda e publicidade	21.748	42.915	99.442
Despesas de seguros	7.475	19.567	20.155
Despesas de serviços do sistema financeiro	6.156	11.076	13.778
Despesas de serviços de terceiros	40.957	75.732	75.268
Despesas de serviços técnicos especializados	160.701	303.325	256.191
Despesas de transporte	7.771	19.844	52.556
Despesas de viagem no país	30.100	44.547	27.571
Despesas de multas aplicadas pelo Banco Central	--	250	250
Outras despesas administrativas	167.508	371.962	284.311
Despesas com depreciação e com amortização	30.100	87.219	101.860
Total	643.467	1.276.309	1.172.904

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º Semestre 2015	31/12/2015	31/12/2014
Recuperação de Encargos e Despesas	18.954	40.898	37.279
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.736	14.431	6.177
Outras rendas Operacionais	203.579	339.487	219.947
Total	225.270	394.816	263.402

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas (como membros do conselho de administração, membros do conselho fiscal e diretoria executiva).

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central do Brasil, tais como aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são avais.

Saldo das operações ativas e passivas no exercício de 2015:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014	% em relação à carteira total
Saldo das Operações Ativas	170.499	194.267	0,77%
Saldo das Operações Passivas	28.560	18.274	0,12%

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) Detalhamento das operações ativas:

Operações Ativas			
Natureza da Operação de Crédito - Transações com partes relacionadas	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para crédito de Liq. Duvidosa)	% da Operação Crédito em relação à carteira total
Empréstimos	170.449	8.522	0,04%

(Valores expressos em reais – R\$)

Operações Passivas

Natureza da Operação de Crédito - Transações com partes relacionadas	Valor da Aplicação Financeira	% da Aplicação financeira em relação à carteira total	Taxa média - %
Depósitos a prazo	28.560	3,44%	1,10%

(c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza da Operação de Crédito - Transações com partes relacionadas	Taxas aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxas aplicadas pelo Conselho da Administração/ Diretoria Executiva
Empréstimos	1,30% a 3,05%	1,30% a 3,05%
Aplicação financeira	1,10% a 1,20%	1,10% a 1,20%

(d) No exercício de 2015, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios Monetários de Partes Relacionadas Exercício 2015

Descrição	Total dos Benefícios
Cédula de Presença (Conselho de Adm)	36.599
Cédula de Presença (Conselho Fiscal)	11.061
Honorários (Diretoria Executiva)	447.694
Plano de Saúde (Diretoria Executiva)	26.234

(Valores expressos em reais – R\$)



NOTA 22 – COOPERATIVA CENTRAL

À Coopercredi ACSC, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central CECRESP - SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

À Coopercredi ACSC responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

NOTA 23 – SEGUROS CONTRATADOS - NÃO AUDITADO

A cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores externos.

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Seguro de Responsabilidade Civil Seguro Patrimonial	limitado a R\$ 5.000.000 limitado a R\$ 74.000	limitado a R\$ 5.000.000 limitado a R\$ 74.000

NOTA 24 – ÍNDICE DE BASILEIA

O Patrimônio de Referência (PR) da cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando enquadramento conforme margem para o limite de compatibilização em 31 de dezembro de 2015.

NOTA 25 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Segundo a assessoria jurídica da Tesi Telles Siqueira, dos processos judiciais em que figura como polo passivo, foram classificadas como perdas remotas 04 processos, totalizando R\$ 112.022,52

25.1 – RISCO OPERACIONAL

a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

b) O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

c) Os resultados são apresentados à Diretoria.

d) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

e) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

25.2 – RISCO DE MERCADO

- a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
- b) Conforme preceituam os artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.
- c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

25.3 – RISCO DE CRÉDITO

- a) O gerenciamento de risco de crédito da cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.
- c) Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

24.4 – GERENCIAMENTO DE CAPITAL

- a) A estrutura de gerenciamento de capital da cooperativa objetiva garantir a aderência as normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.
- b) Conforme preceitua o artigo 5º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
- I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
 - II. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob; e
 - III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.



Douglas Aparecido Cirilo
Diretor Executivo
CPF: 215.400.582-42



Gerson Ribeiro Magalhães
Conselheiro
CPF: 091.151.638-73



Alberto Luis Alves - Contador
CRC: 1SP256335/O-7
CPF: 329.201.508-12



Parecer do Conselho Fiscal

Nós, membros do Conselho Fiscal DA COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA A.C.S.C., em cumprimento ao que determina o artigo 57, letra “I a XIV” do Estatuto Social pelos seus membros abaixo assinados, tendo em vista o resultado das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2015 para os fins previstos no Estatuto Social, e, após examinarem os documentos que compõem o “Balanço Geral” encerrado em 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2015, bem como da Demonstração de “Sobras ou Perdas, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações de Fluxo de Caixa” apresentado, constaram que:

- a) As escriturações contábeis e fiscais estão em perfeita ordem;
- b) As despesas efetuadas, autorizadas pela Diretoria, encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da Cooperativa;
- c) Não tem a Cooperativa qualquer questão a resolver com autoridades do Cooperativismo;
- d) Os valores debitados ao FATES, conforme decisão da Diretoria, foram aprovados por este Conselho;
- e) Todos os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia.

Várias questões de ordem administrativa foram por nós tratadas com o Órgão de Administração, que as explicou a contento e tomou, conforme o caso, as providências recomendadas para a sua solução.

Dado o exposto, recomendamos a aprovação do Balanço Geral e Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações de Fluxo de Caixa deste exercício, pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 15 de março de 2016



Sérgio Aparecido da Veiga
Coordenador



Felipe Ribeiro Soares de Andrade
Conselheiro



Ana Paula de Oliveira Nascimento
Conselheira



Neuza Maria Conceição Pimentel
Suplente

Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Coopercredi ACSC São Paulo – SP.

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Coopercredi ACSC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Coopercredi ACSC é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Coopercredi ACSC em 31 de dezembro de 2015, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Rui de Assis Vasconcelos
Contador – CRC – MG 75.505/O-3 “S” SP
CNAI 1915

CNAC
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa



Parecer do Conselho de Administração

Os Membros do Conselho de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Coopercredi ACSC, após exame e discussão e, em face da manifestação favorável dos Conselheiros Fiscais e dos Auditores Independentes da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, aprovaram, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, acompanhadas das Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e do parecer do Conselho Fiscal, a serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária dos cooperados.

São Paulo, 31 de março de 2016.



Antonio Coelho Barroqueiro
Presidente do Conselho de Administração



Vera Lúcia Guerreiro Sardinha
Vice-Presidente do Conselho de Administração



Gerson Ribeiro Magalhães
Conselheiro



Carla Verônica Garcia Silva
Conselheira



José Maria Trindade Brandão
Conselheiro

Informações Coopercredi ACSC

Cooperativa de Economia e Crédito
Mútuo dos Funcionários da Associação
Congregação de Santa Catarina
Avenida Paulista, 352 – 1º Andar – Cj 11 - Bela Vista
São Paulo – SP – CEP: 01310-000 - (11) 3141-4610
CNPJ: 65.560.658/0001-01

Posto de Atendimento no
Hospital Santa Catarina
Rua Cincinato Braga, 144 - 1º Andar -
Bela Vista - São Paulo -SP-
CEP: 01300-000 - (11) 3016-3905

Posto de Atendimento na Casa de
Saúde São José
Rua Macedo Sobrinho, 21- Humaitá - Rio de
Janeiro - CEP: 22271-080 - (21) 2536-2855

Posto de Atendimento na
Organização Social Santa Catarina
Avenida Nossa Senhora do Sabará, 4029
Vila Emir - São Paulo - SP - CEP: 04447-021
(11) 5613-4444

Posto de Atendimento no
Hospital São Luiz
Av. 7 de Setembro, s/n - Centro - Cáceres,
Mato Grosso - CEP: 78200-000
(65) 3211-1000

Posto de Atendimento no Hospital
Santa Teresa
R. Paulino Afonso, 477 - Centro - Petrópolis -
RJ - CEP: 25684-900

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Antonio Coelho Barroqueiro
Presidente do Conselho

Vera Lúcia Guerreiro Sardinha
Vice Presidente

Carla Veronica Garcia Silva
Conselheira

Gerson Ribeiro Magalhães
Conselheiro

José Maria Trindade Brandão
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Sérgio Aparecido da Veiga
Coordenador

Felipe Ribeiro Soares de Andrade
Conselheiro

Ana Paula de Oliveira Nascimento
Conselheira

Neuza Maria Conceição Pimentel
Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA

Douglas Aparecido Cirilo
Diretor Executivo

Gerson Ribeiro Magalhães
Diretor de Controles



Uma publicação anual da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina.

Conteúdo: Douglas Aparecido Cirilo e Alberto Alves.

Projeto gráfico e editoração: Gilmar Ribeiro Sanches

Tiragem: 300 exemplares

Impressão: Marques Abreu Gráfica



Av. Paulista, 352 - 1º andar - Cj.11 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01310-000
Central de Atendimento (11) **3141-4610** - Ouvidoria: **0800-725-0996**
www.coopercrediacsc.coop.br